

# O desmonte da CGU ameaça o enfrentamento à corrupção no Brasil

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, que representa os servidores de carreira da Controladoria-Geral da União, vem a público alertar a sociedade brasileira, parlamentares e organismos nacionais e internacionais para um processo em curso de enfraquecimento da CGU. A combinação entre falta de investimento, redução do quadro de pessoal, agravada por um processo de desvalorização da carreira, e uma visão distorcida sobre o enfrentamento à corrupção por parte do Governo Federal, sobretudo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), compromete de forma severa a missão institucional do órgão.

A CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, exerce papel essencial na defesa do patrimônio público, na promoção da transparência e na responsabilização de agentes públicos e privados. Por meio da atuação técnica e independente de seus Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, a instituição atuou de forma decisiva para a desarticulação de fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas do INSS. Esse é apenas um exemplo que demonstra que o controle interno é uma função essencial de Estado, não acessória nem meramente consultiva.

## Apesar disso, o cenário atual impõe preocupações crescentes.

De um lado, se observa uma tentativa de redução conceitual e institucional do controle interno, por meio de propostas que fragmentam seu caráter sistêmico, restringem sua atuação à auditoria governamental e admitem a transferência de funções estratégicas ao setor privado. Soma-se a isso a atuação do MGI, que busca limitar o papel da CGU a um papel meramente consultivo, subestimando, em larga medida, o fenômeno da corrupção no país.



## CARTA ABERTA

Esse contexto se agrava diante da ausência de uma defesa institucional firme e inequívoca por parte da alta cúpula da CGU em relação à definição e à regulamentação de prerrogativas essenciais e indelegáveis ao exercício das atribuições dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, especialmente no que se refere ao cumprimento integral do Termo de Acordo nº 41/2024, firmado com o governo federal. Soma-se a isso a inércia do órgão de controle em relação a projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional (a exemplo dos PL's 4.980/2019 e 3.995/2024) e ao próprio envio da Lei Orgânica da CGU.

O enfraquecimento institucional ao qual a Pasta tem sido submetida nos últimos anos se materializa em dados concretos. O orçamento da CGU vem sofrendo reduções sucessivas, mesmo diante da ampliação de suas competências. No Orçamento de 2026, estão previstos apenas R\$ 156 milhões para despesas discricionárias, valor insuficiente para garantir a continuidade e o aprimoramento das atividades do órgão.

Por outro lado, a situação precária do quadro de pessoal é alarmante. Embora o Decreto nº 4.321/2002 preveja um total de 5 mil servidores, a CGU conta hoje com apenas 2.285 em atividade, o que representa um déficit de 55% do quadro de pessoal legalmente estabelecido. Além disso, há um elevado índice de evasão. No último concurso, realizado em 2022, dos 375 servidores nomeados, 189 já deixaram a carreira em busca de melhores condições de trabalho.

O contexto atual representa um risco concreto ao cumprimento da missão institucional da CGU.

Diante disso, os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle vêm a público denunciar o processo de desmonte organizacional em curso e conclamar parlamentares, autoridades, organismos nacionais e internacionais e toda a sociedade a se somarem em defesa da Controladoria-Geral da União.

**Brasília, 24 de março de 2026**

**UNACON**  
Sindical